



CONVIVER:

Boas Práticas do TJPE para a Garantia e Defesa
da Convivência Familiar e Comunitária
às Crianças e Adolescentes



Portfólio de Projetos 2019
Coordenadoria da Infância e Juventude - TJPE



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gestão 2018 - 2020:

Des. Adalberto de Oliveira Melo

Presidente

Des. Candido José da Fonte Saraiva de Moraes

1º Vice-Presidente

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

2º Vice-Presidente

Des. Fernando Cerqueira Noberto dos Santos

Corregedor Geral

Elaboração:

Coordenadoria da Infância e Juventude

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

Coordenador da Infância e Juventude

Colaboração:

Gizely Couto de Lima

Keilla Reis

Núcleo de Planejamento em Gestão e Planejamento – CIJ/TPE

2019

Equipes Executoras

NÚCLEO INTERPROFISSIONAL DE ACESSORIA ESPECIALIZADA - NIAE

Paulo André Sousa Teixeira (Gerente/Psicólogo)

Cynthia Maurício Nery (Pedagoga)

Sâmia Lacerda Chaves (Assistente Social)

COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA/PE

Hélia Viegas Silva

(Secretária Executiva/Juíza de Direito)

Mariana da Hora (Assistente Social)

Mirela Rejane Torres (Psicóloga)

Rênia Valadares (Assistente Social)

Priscila Barcelos (Pedagoga)

Andrhea Travassos (Psicóloga)

NÚCLEO DE ACESSORAMENTO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NATI

Sandra Barbosa (Gerente)

Simone Falcão (Técnico Judiciário)

Luiz Carlos de Andrade (Técnico Judiciário)

NÚCLEO DE ARQUIVO

Yara Larissa Lima Silva (Gerente)

Anélia Maria Barbosa

Agradecimentos

Registramos especial agradecimento aos artistas populares pernambucanos **J. Borges e Pablo Borges** por partilharem conosco o seu trabalho, colocando a sua arte – patrimônio cultural e expressão da nossa terra e do nosso povo, à disposição da sociedade.

Índice

APRESENTAÇÃO 6

LINHAS ESTRATÉGICAS DE AÇÃO 7

ADOÇÃO 9

Programa Acolher 10

Projeto Adoção e Cidadania na Escola 12

Projeto Conhecer Virtual 14

Projeto Família: um direito de toda criança e adolescente 16

Projeto Sei Quem Sou 18

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL 20

Projeto de Prevenção à Institucionalização Prolongada 21

APADRINHAMENTO 23

Programa Pernambuco que Acolhe 24

Apresentação

Há pouco mais de 10 anos a Coordenadoria da Infância e Juventude iniciou as suas atividades de gestão na área da Infância e Juventude no TJPE. No decorrer dessa trajetória, muitas iniciativas foram desenvolvidas e executadas em função da expansão e qualificação dos serviços jurisdicionais prestados à sociedade. Ao longo do tempo, esse trabalho foi se consolidando e conferindo à CIJ amadurecimento e experiência institucional para estruturar as suas estratégias de ação e alinhá-las de forma criativa e moderna, com base na direção da proteção integral de crianças, adolescentes e jovens.

Como parte dos resultados desse compromisso apresentamos o **Portfólio de Projetos “Conviver: boas práticas do TJPE para a garantia e defesa da convivência familiar e comunitária às crianças e adolescentes”**, enquanto documento que unifica as iniciativas atualmente desenvolvidas pela CIJ balizadas no eixo central do direito à convivência familiar e comunitária.

Trata-se de programas e projetos focados na atuação de diversas nuances que constituem a temática, os quais incorporam em seus objetivos e intencionalidades a necessidade de atender às demandas que se apresentam ao Judiciário, como também a de construir relações intersetoriais ativas e parceiras com a rede de proteção social.

O Portfólio, revisto e atualizado, é composto pela apresentação de sete iniciativas ao total, sendo 5 no campo da adoção, 1 relacionada a acolhimento institucional e 1 a apadrinhamento. Vale dizer que algumas delas serviram de inspiração para a reprodução de outras práticas semelhantes com a mesma finalidade tanto em Pernambuco como em outros estados do País, o que confere o reconhecimento da referência e do pioneirismo assumidos pela CIJ na política judiciária de Infância e Juventude.

Linhas Estratégicas de Ação

A questão da convivência familiar e comunitária é considerada um direito humano fundamental a ser garantido e o Poder Judiciário, enquanto um dos órgãos representantes do Estado, possui primordial papel no processo de construção de políticas direcionadas à garantia, promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Na esteira de um contexto social violador de direitos, os impactos dos seus desdobramentos chegam, não raras as vezes, a promover a fragilização das famílias, afetando-as diretamente e as expondo a variadas situações de riscos e conflitos, os quais podem vir a perpassar as relações mantidas entre os seus membros e abrir margem para o enfraquecimento ou ruptura dos seus vínculos de convivência e afeto.

A estruturação de um conjunto articulado de ações prioritárias centrado em esforços para enfrentar essas violações torna-se uma tarefa desafiadora. A partir da compreensão da necessidade de intervir e apresentar respostas concretas aos problemas identificados nessa esfera, a Coordenadoria da Infância e Juventude de Pernambuco vem desenvolvendo diversos programas e projetos com a finalidade de atuar sob as distintas manifestações das questões que envolvem a temática da convivência familiar e comunitária.

Categorizadas em três focos de atenção – *Adoção*, *Acolhimento Institucional* e *Apadrinhamento*, as iniciativas executadas são norteadas a partir de um único eixo central de intervenção, cujo patamar conceitual lastreia-se no entendimento ampliado do significado da instituição família, considerando a pluralidade existente em seus arranjos e organizações presentes na contemporaneidade, bem como reconhecendo as possibilidades da extensão das funções de proteção, socialização e afeto, para além das relações de filiação e parentalidade.

Linhas Estratégicas de Ação

Apoiadas em conhecimentos e saberes multidisciplinares e no somatório de forças e com os outros agentes sociais parceiros, as 07 iniciativas da CIJ – 2 programas e 5 projetos – constituem um conjunto de boas práticas voltados à garantia e defesa da convivência familiar e comunitária, as quais foram estrategicamente articuladas com a finalidade de direcionar o trabalho institucional atualmente desenvolvido no TJPE.

Reunidas no presente Portfólio de Projetos, tais iniciativas ganham unicidade, reconhecimento e visibilidade no campo das prioridades da gestão institucional. Além disso, o agrupamento das boas práticas em uma única ferramenta permite o melhor gerenciamento das ações e potencializa a capacidade da instituição em alcançar os objetivos e resultados desejados, com base na satisfação dos usuários dos serviços prestados.

Com isso, este documento traduz a responsabilidade adotada pela CIJ TJPE na condução da gestão e coordenação da política judiciária de infância e juventude e no compromisso permanente assumido para garantir a qualidade da prestação dos serviços jurisdicionais.

Adoção



**“Diferente é a história,
não o amor
Incomuns são as circunstâncias
e não o afeto”.**

Luiz Schettini Filho

Programa Acolher

Equipe Responsável:

Núcleo Interprofissional de Assessoria Especializada
(NIAE/TJPE)

Início da execução: 2012

Finalidade:

recepcionar, de forma humanizada, as mulheres que intencionam entregar sua criança para adoção.

Principais Objetivos:

- Garantir o direito à convivência familiar e comunitária das crianças
- Prevenir situações infanticídio, abandono e adoção ilegal
- Assegurar o direito à entrega responsável de crianças, por mulheres que não desejam exercer a maternidade

Articulação em Rede: parcerias e colaboradores:

- Servidores e Magistrados das Varas especializadas em Infância e Juventude do TJPE ou que tenham essa competência
- Secretarias de Estado: Mulher; Saúde; Desenvolvimento Social, Criança e Juventude;
- Ministério Público de Pernambuco;
- Defensoria Pública de Pernambuco;
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Público Alvo:

usuárias que intencionam entregar suas crianças para adoção

Programa Acolher

O Programa Acolher foi desenvolvido para dar cobertura a todo o território do estado, sendo o pioneiro no país com essas características. Atualmente, encontra-se consolidado em 21 Comarcas, fazendo parte dos serviços permanentes de atendimento à Infância e Juventude nas Varas.

Comarcas onde o Programa Acolher funciona:

Abreu e Lima,
Afogados da Ingazeira,
Arcoverde, Cabo de Santo Agostinho,
Camaragibe, Caruaru,
Garanhuns, Goiania,
Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, Limoeiro,
Moreno, Olinda,
Ouricuri, Paulista,
Santa Cruz do Capibaribe, São Lourenço da Mata,
Salgueiro, Serra Talhada, Vitória de Santo Antão e Petrolina.

Impacto Social Promovido:

Mudança cultural sobre o lugar da mulher na sociedade, especialmente sobre o exercício da maternidade, por meio de entrevistas em mídias televisivas e radiofônicas.

Resultados:

110 casos atendidos
74 crianças permaneceram em suas famílias naturais/extensas
28 crianças encaminhadas para a adoção
08 casos em fase de atendimento

Os números apresentados pelo Programa Acolher refletem o seu alto grau de eficácia. Nas situações em que o caso envolveu o acompanhamento pela Justiça, a proteção à criança e o seu direito à convivência familiar foram preservados.

Dentre os casos que tiveram o atendimento concluído, a maioria superou os elementos dificultadores presentes nas relações familiares e o afastamento da criança de sua família natural/extensa foi evitado. Nos casos em que houve necessidade do encaminhamento à colocação em família substituta, o estigma e a criminalização contra a mulher foram combatidos e a entrega protegida da criança garantida. Além disso, priorizou-se a possibilidade de outras alternativas à convivência familiar em detrimento à exposição da criança a situações de risco e vulnerabilidade.

Projeto Adoção e Cidadania nas Escolas

Equipe Responsável:

Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA /TJPE

Início da execução: 2011

Finalidade:

Informar a comunidade escolar sobre os diversos aspectos da adoção e do direito à convivência familiar e comunitária, bem como implantar as bases de formação da atitude adotiva na sociedade

Principais Objetivos:

- Capacitar semestralmente 30 professores do Ensino Médio de 18 escolas da Rede Pública Estadual
- Sensibilizar 2.400 alunos para a temática da atitude adotiva, por meio dos seus professores

Articulação em Rede: parcerias e colaboradores:

- Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco
- GEAD/Recife – Grupo de estudos e apoio a adoção de Recife

Público Alvo:

- Professores e demais educadores (coordenadores, diretores, apoio pedagógico) da rede estadual de ensino;
- Estudantes e comunidade escolar.

Projeto Adoção e Cidadania nas Escolas

Como resultado das oficinas realizadas, a Escola de Referência em Ensino Médio João Bezerra passou a desenvolver um trabalho referente ao tema abordado, intitulado "*Gentileza gera gentileza*". A atividade está sendo vivenciada por um grupo de alunos, envolvendo todas as turmas da unidade.

A ideia é que eles se tornem voluntários na propagação de ações cidadãs, tornando-se exemplos para outros estudantes. Esses alunos são responsáveis em mediar os conflitos que acontecem a partir do diálogo com os envolvidos, incentivando os colegas a se desculparem sempre que necessário.

Impacto Social Promovido:

Redução do desconhecimento, preconceito e discriminação em torno da temática da adoção de crianças e adolescentes.

Resultados:

11 oficinas realizadas

Mais de **398** profissionais da rede estadual de ensino foram capacitados

175 escolas envolvidas no projeto

A escola, como formadora para a vida e para a sociedade, pode contribuir na compreensão de questões sociais, ambientais, ecológicas e relacionais em um sentido geral. Seu papel se estende a ensinar cidadania, respeito ao próximo e a sua diferença, consciência ecológica e ambiental, atuando como multiplicadora de uma cultura de respeito às diversidades.

É nesta perspectiva que se justifica o Projeto Adoção e Cidadania na Escola do TJPE, pois a sociedade precisa ser esclarecida sobre os diversos aspectos da adoção e sobre o direito à convivência familiar e comunitária, bem como educada na perspectiva da atitude adotiva.

Conhecer Virtual

Equipe Responsável:

Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA /TJPE

Início da execução: 2015

Finalidade:

Aproximar adotandos e adotantes que se encontram em áreas distantes, buscando colaborar para o alcance de estágios de convivência bem sucedidos.

Principais Objetivos:

- Favorecer um contato inicial, através de videoconferência, entre adotante e adotando de localidades diferentes
- Minimizar o surgimento de possíveis problemas durante o estágio de convivência, concretizando assim o sucesso da adoção.

Articulação em Rede: parcerias e colaboradores:

- Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic)
- Instituições de Acolhimento
- Organizações Internacionais

Público Alvo:

Crianças/adolescentes e pretendentes à adoção que estejam em Comarcas distantes ou pretendentes residentes em outro Estado ou País.

Conhecer Virtual

100% dos casos atendidos concluíram o processo de adoção.

Todos os casos em que durante o acompanhamento fez-se uso dos recursos tecnológicos oferecidos pelo Conhecer Virtual para aproximar adotantes e adotandos resultaram em processos de adoção exitosos.

Impacto Social Promovido:

Com o auxílio da tecnologia, as fronteiras estabelecidas por fatores como distâncias territoriais e sentimentos como insegurança, ansiedade e medo são rompidas e passam a dar lugar a construção de outras perspectivas de vida às crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.

Resultados:

9 encontros virtuais

8 processos de adoção

11 adotantes atendidos

13 crianças adotadas

2 casos em estágio de convivência

36 profissionais envolvidos

7 instituições beneficiadas

Das 8 adoções realizadas, 2 ocorreram em âmbito nacional entre Pernambuco e Petrolina e também com o Rio Grande do Sul. Já de caráter internacional ocorreram 6, envolvendo dois países – Itália e Estados Unidos.

Projeto Família: um direito de toda criança e adolescente

Equipe Responsável:

Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA /TJPE

Início da execução: 2009

Finalidade:

Ampliar as possibilidades da adoção de crianças e adolescentes acolhidos e disponíveis no sistema, mas que não despertaram o interesse dos pretendentes cadastrados no CNA.

Principais Objetivos:

- Divulgar, através de relatórios, dossiês específicos e imagens (fotos e vídeos), informações sobre crianças/adolescentes inseridos no CNA sem pretendentes, a fim de tentar viabilizar a inserção dos mesmos em família substituta.
- Ampliar a divulgação da lista de crianças e adolescentes disponíveis para adoção ao público em geral por meio de ferramentas da internet, principalmente as Redes Sociais.

Articulação em Rede: parcerias e colaboradores:

- Instituições Acolhedoras de Pernambuco
- Grupos de Adoção

Público Alvo:

Crianças e adolescentes, que estejam sob medida protetiva de acolhimento institucional no estado de Pernambuco, disponíveis para colocação em família substituta e com dificuldades para encontrar pretendentes.

Projeto Família: um direito de toda criança e adolescente

Ao longo da sua execução, o projeto acumulou o acompanhamento de 503 casos, dos quais, 53% das crianças e adolescentes voltaram a conviver em família

141 Crianças continuam sendo acompanhadas e, 27 delas estão em processo de adoção.

O Projeto Família acumulou um saldo significativo de conquistas positivas, comprovando assim a sua importância, a partir dos resultados satisfatórios alcançados até o momento.

Impacto Social Promovido:

Muitas crianças e adolescentes estão submetidas a poucas chances de regressar para a sua família ou de encontrar um novo lar. A razão de ser do projeto é mudar essa realidade, possibilitando a crianças e adolescentes uma nova oportunidade de conviver em família.

Resultados:

Dos **53%** dos casos de desligamento, **18%** saíram das instituições de acolhimento para residir com a família de origem ou família extensa ou pessoa com quem têm forte vínculo afetivo por meio de guarda ou tutela; **9%** foram inseridos em famílias substitutas residentes fora do Brasil **26%** encontraram adotantes nacionais

Sei Quem Sou

Equipe Responsável:

Núcleo de Assessoramento em Tecnologia da Informação – NATI
Núcleo de Arquivo

Início da execução: 2010

Finalidade:

disponibilizar de forma eletrônica o acervo de processos de adoção datados desde 1990, tornando possível e célere a consulta de processos pelas partes interessadas em qualquer Comarca do Estado

Principais Objetivos:

- Preservar as informações contidas nos processos arquivados, garantindo maior segurança no seu manuseio e guarda
- Garantir a digitalização de todo o acervo das Varas da Infância e Juventude da Capital, Região Metropolitana e Interior do Estado de PE

Articulação em Rede: parcerias e colaboradores:

- Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP
- Universidade Federal de Pernambuco - UPFE

Público Alvo:

Juizes e equipe de servidores das secretarias das Varas Especializadas Crianças/Adolescentes adotados e seus representantes legais

Sei Quem Sou

Todos os processos relativos à Adoção desde o advento do Estatuto da Criança e do adolescente encontram-se digitalizados e armazenados com segurança, o que confere ao Sei Quem Sou uma visão comprometida e responsável com a modernização da Justiça.

Além de gerar facilidade ao acesso dessas informações, permitindo às pessoas adotadas tomarem conhecimento de parte da sua história de vida, esse acervo constitui-se em uma rica fonte de dados sobre a infância e juventude em Pernambuco disponível para pesquisa e produção de conhecimentos em diferentes áreas de saberes.

Impacto Social Promovido:

Garantia da preservação da história de vida das crianças e adolescentes adotados a partir de 1990 e conservação da memória da história da Adoção e da Justiça Infanto-Juvenil em Pernambuco.

Resultados:

5636 processos, oriundos da Capital Recife, digitalizados e lançados em sistema de controle do TJ PE, disponíveis para consulta ou cópia em mídia digital

10614 processos, oriundos da Região Metropolitana e Interior de PE, digitalizados e lançados em sistema de controle do TJ PE, disponíveis para consulta ou cópia em mídia digital

Acolhimento Institucional



**“ As vezes só precisamos de alguém que nos ouça.
Que não nos julgue,
que não nos subestime, que não nos analise.
Apenas nos ouça”**

Charles Chaplin

PPIP - Projeto de Prevenção à Institucionalização Prolongada

Equipe Responsável:

Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA /TJPE

Início da execução: 2006

Finalidade:

Evitar o prolongamento do tempo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes por questões jurídicas, a partir da celeridade do andamento processual.

Principais Objetivos:

- Favorecer a agilização dos procedimentos judiciais das crianças e adolescentes nas instituições de acolhimento
- Assegurar às crianças e adolescentes acolhidos brevidade no retorno à família de origem, ou inserção em família substituta, para fins de garantia ao direito de convivência familiar e comunitária.

Articulação em Rede: parcerias e colaboradores:

- Ministério Público de Pernambuco –MPPE
- Instituições Acolhedoras de Pernambuco

Público Alvo:

Crianças e adolescentes que estejam sob medida protetiva de acolhimento institucional no estado de Pernambuco.

PPIP - Projeto de Prevenção à Institucionalização Prolongada

No decorrer do funcionamento do Projeto foram autuados 1.466 procedimentos de acompanhamento.

Das 2.707 crianças e adolescentes acompanhados pelo Projeto, 2.227 obtiveram desligamento mediante a conclusão dos procedimentos de acompanhamento.

Impacto Social Promovido:

Redução do desconhecimento, preconceito e discriminação em torno da temática da adoção de crianças e adolescentes.

Resultados:

42% - retorno para a família de origem ou extensa

21% - Adoção Nacional

14% - Guarda

6% - Adoção Internacional

1% - Tutela

O grande impacto do projeto é que a maioria das crianças e adolescentes acompanhados retornaram à convivência com a família de origem ou extensa, os desligamentos por reintegração familiar, guarda e tutela somam 57%, enquanto adoção nacional atingiu 21% e adoção internacional 6%.

Apadrinhamento



**“Buscando o bem dos nossos semelhantes,
Encontramos o nosso”**

Platão

Projeto Pernambuco que Acolhe

Equipe Responsável:

Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA/TJPE

Início da execução: 2016

Finalidade:

Proporcionar a crianças e adolescentes que permanecem nas instituições de acolhimento sem a alternativa de serem reintegrados em sua família de origem e sem perspectiva de colocação em famílias substitutas, a construção de ligações externas e uma melhor integração na sociedade, através do apoio afetivo e/ou material e/ou profissional da sociedade civil.

Principais Objetivos:

- Estimular a construção de vínculos afetivos entre padrinhos e apadrinhados
- Colaborar para o surgimento de investimentos na formação educacional de crianças e adolescentes institucionalizados que têm poucas chances de retornar à família de origem ou ser inserido em família substituta.

Articulação em Rede: parcerias e colaboradores:

- Instituições Acolhedoras de Pernambuco

Público Alvo:

crianças e adolescentes, que estejam sob medida protetiva de acolhimento institucional, sem vínculos familiares, e com características de difícil colocação em família substituta.

Projeto Pernambuco que Acolhe

Trata-se do primeiro Programa de Apadrinhamento desenvolvido em nível estadual.

Desenvolvido para atender crianças e adolescentes oriundas de diversas Comarcas do Estado de Pernambuco que não participam de projetos de apadrinhamento local.

Atua em três modalidades:

Afetivo

Provedor

Profissional

Impacto Social Promovido:

O Programa tem possibilitado às crianças e adolescentes acolhidos vivenciar novas experiências na construção das relações de afeto e cuidado, para além do ambiente institucional, permitindo-lhes a oportunidade de ressignificar as referências de vínculos e laços afetivos e comunitários.

Resultados:

70 apadrinhamentos efetivados:

38 afetivos;

10 profissionais e

22 provedores.



COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE TJPE - 10 ANOS
pela defesa dos direitos da Infância e Juventude

